

1 **ATA DA 24ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVI PLENÁRIO**
2 **REALIZADA EM 26/06/2020.**
3

4 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, com início às 14 horas, realizou-se, online, a 24ª Plenária do XVI Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos:** Anderson Nazareno Matos; Evely Najjar Capdeville; Fabrício Júnio Rocha Ribeiro; Lourdes Aparecida Machado; Paula Lins Khoury; Reinaldo da Silva Júnior; Renata Ferreira Jardim de Miranda; Rita de Cássia de Araújo Almeida; Suellen Ananda Fraga; e Yghor Queiroz Gomes e os **Conselheiros Suplentes:** Camila Bahia Leite; Cristiane Santos de Souza Nogueira; Elza Maria Gonçalves Lobosque; João Henrique Borges Bento; Luís Henrique de Souza Cunha e Rodrigo Padrini Monteiro. **Justificativas de ausência:** Bruna Rocha Diniz de Almeida, Carolina de Siqueira Coutinho; Cláudia Aline Carvalho Espósito, Jéssica Gabriella de Souza Isabel; Luiz Felipe Viana Cardoso; Liliane Cristina Martins, Larissa Amorim Borges, Maria de Lourdes Guimarães de Almeida Barros, Marleide Marques de Castro e Thiago Ribeiro de Freitas e Walter Melo Júnior justificaram ausência. **Assuntos tratados:** ACT: A Conselheira Lourdes Machado informou que foi realizada a 1ª Assembleia com as(os) empregadas(os) públicas(os) e reunião da Diretoria com o PSIND-MG e SINDECOFE-MG para discussão das cláusulas do ACT. A Diretoria está aguardando parecer financeiro e do jurídico para agendar nova reunião com os Sindicatos. Ressaltou entre as cláusulas sugeridas a que trata da regulamentação do Teletrabalho, apesar da Portaria CRP-MG Nº 01/2020 disciplinar o Teletrabalho no Conselho, foram levantados outros pontos pelas(os) empregadas(os). Foi apresentada a proposta de jornada de 30h sem redução no vencimento. Para viabilizar este pedido foi aberto mão do reajuste pelo INPC. Conselheira Suellen Fraga completou que a Diretoria trouxe o informe para mostrar o que está sendo feito, a partir das propostas que vieram pelos Sindicatos, na próxima Plenária, com mais subsídio pode ser pautado o ACT. CLEROT: O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que a CLEROT fez uma Nota sobre a pressão que as Igrejas estão fazendo para abrir para realização de celebrações. A Comissão tomou conhecimento que existem psicólogas(os) fazendo esta defesa. O texto da Nota fala sobre a importância da espiritualidade, não necessariamente com a religiosidade. Reforçando o caráter laico da psicologia e a importância das(os) psicólogas(os) seguirem as orientações sanitárias e observarem os preceitos da ciência. O Conselheiro enviará a Nota no grupo da Plenária para aprovação. Central de Serviços: Conselheiro Reinaldo Júnior informou que o texto do Projeto da Central de Serviços já está montado. O próximo passo será uma reunião com o GT de elaboração da Central de Serviços, a Gerência de Informática e a Gerência de Comunicação para tratar das questões operacionais, como o link e a divulgação da Central de Serviços. Propôs o lançamento em Agosto/2020. Informou, ainda, que ocorreu um primeiro encontro do Conselheiro Luis Henrique e a Psicóloga Fiscal Carolina Braga com as(os) psicólogas(os) que atuam na Associação de Catadores de Recicláveis. Citou a possibilidade de iniciar um trabalho com o CREFITO. Informe sobre o Ofício 625/2020 da CCAP: Conselheira Elza Lobosque informou que foi encaminhado Ofício a CCAP para tirar dúvidas sobre a possibilidade de plastificar os materiais fixos, como exemplo os cadernos de BFP, BETA III, R1. Solicitou por e-mail à funcionária do CFP Mariana Veras se poderia fazer a divulgação da resposta dada pela CCAP por meio do Ofício Nº 625/2020 às(aos) psicólogos que atuam em Clínicas do Detran. Diante da demora do retorno à demanda pelo CFP sugeriu a publicação da resposta em forma de post à categoria. O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que a COF está com dificuldades de respostas pela CCAP e avalia a importância de um contato direto com a Comissão Consultiva para alinhar as respostas às demandas do CRP-MG. Conselheira Elza Lobosque informou que será dada publicidade à resposta ao Ofício, nos meios de comunicação do CRP-MG. Trabalhos do GT sobre voluntariado: Conselheira Cristiane Nogueira informou que foi realizada reunião do GT sobre voluntariado no dia 11/06 com a participação dos CRP's. Foi tirado como

54 encaminhamento fazer um documento com princípios norteadores à categoria com
55 questões sobre voluntariado. Colocou para avaliação se deve aguardar o documento
56 unificado com outros CRP's ou se o CRP-MG faz um material próprio. Ressaltou que o
57 CRP-MG tem experiência com o voluntariado em Brumadinho-MG. Conselheira Elza
58 Lobosque se colocou a disposição para discutir a pauta, por envolver uma discussão na
59 Comissão de Título de Especialistas. Explicou que conforme Lei 9608/1998, pode ser
60 computado os anos de voluntariado para solicitação de título de especialista. Conselheira
61 Lourdes Machado propôs colocar o material produzido pelo CRP-MG a disposição e levar
62 para a Reunião de Presidentes de sexta-feira 03/07, uma vez que o CRP-MG já tem um
63 acúmulo em relação ao tema. Conselheira Cristiane Nogueira informou que a lei do
64 voluntariado diz que não há nenhuma exigência para ser voluntário e a Psicologia tem que
65 colocar parâmetros para o voluntariado na contramão desta legislação. Sugeriu criar
66 orientações à categoria e dar sequência na discussão do título de especialista. Comissão
67 de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional: Conselheiro Luis Henrique apresentou
68 os seguintes informes: 1) Atividades da ABRAPEE: Conselheiro Luis Henrique informou
69 que a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional/ABRAPEE adiou o
70 Encontro Mineiro de Psicologia Escolar e Educacional/EMPEE para os dias 18/09/2021, na
71 Unileste em Coronel Fabriciano. Já o 15º Congresso Nacional de Psicologia Escolar e
72 Educacional/CONPE, foi adiado para Julho/2022, na UNA, em Belo Horizonte -MG. A
73 Abrapee fará durante o ano de 2020 os “Ciclos de Encontros: 30 anos da ABRAPEE” por
74 meio de lives na sua página do Facebook. 2) Implementação da Lei 13935/19 em MG: O
75 Conselheiro Luis Henrique informou que várias ações pela implementação da Lei 13935/19
76 serão feitas no viés político e técnico. Uma delas será a organização de uma live. A
77 Comissão de Orientação em Psicologia Escolar e Educacional está acompanhando a
78 construção e aprovação de PL's para implementação do psicólogo na atenção básica nos
79 municípios de Nova Lima, Uberlândia, Poços de Caldas. Em reforço à discussão informou
80 que está prestes a ser votada a PEC 15/2015, que torna o Fundo de Manutenção e
81 Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –
82 Fundeb instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Ela precisa
83 ser aprovada ainda no primeiro semestre, senão corre-se o risco de não renovar esse
84 fundo a tempo de garantir o financiamento da educação básica pública em 2021. A
85 Deputada Federal Prof. Dorinha, relatora da PEC apontou o Fundeb como fonte de custeio
86 da Lei 13.935/2019 (prestação de serviços de psicologia e serviço social na educação
87 básica) e informou que estes profissionais serão contemplados com os 70% destinados ao
88 pagamento dos profissionais da educação básica, assim como alterou o termo “professores
89 do magistério” para “profissionais da educação básica”, para ampliar o pagamento de todas
90 (os) (as) os profissionais que trabalham na educação básica. O CFP está organizando uma
91 Campanha de mobilização pela votação do FUNDEB. O CRP-MG está mobilizando a
92 categoria em articulação com a Gerência de Comunicação, Assessoria Jurídica e
93 Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais, juntamente com o Conselho Regional
94 de Serviço Social, ABRAPEE e Sindicato das Psicólogas e Psicólogos de Minas
95 Gerais/PSIND-MG. Conselheira Lourdes Machado propôs a articulação política por
96 todas(os) Conselheiras(os). 3) III Mostra de Práticas em Psicologia Escolar e Educacional:
97 O Conselheiro Luis Henrique informou que a Mostra de Práticas em Psicologia Escolar e
98 Educacional acontece junto com o EMPEE e é uma experiência bastante exitosa. Com o
99 adiamento do EMPEE a Mostra acontecerá em 2021. Audiência Pública sobre Galba
100 Veloso e Raul Soares: A Conselheira Lourdes Machado informou que foi realizada
101 Audiência Pública sobre os Hospitais Galba Veloso e Raul Soares, requerida pela
102 Deputada Estadual Nelly Aquino. Ressaltou que a participação dos movimentos sociais foi
103 barrada na Audiência. Acrescentou que dois médicos psiquiatras tiveram fala na mesa e
104 alegaram o aumento da taxa de suicídios na pandemia, bem como a tendência ao aumento
105 no consumo de álcool e drogas, para justificar a reabertura dos Hospitais. Não foi
106 oportunizado o contraditório. Informou ainda, que será realizada uma Live promovida pelo
107 Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais/CES-MG com o tema “A lógica dos Serviços

108 Substitutivos aos Hospitais Psiquiátricos: O fechamento do Hospital Galba Veloso e o
109 Controle Social”. Participarão da discussão as psicólogas Marta Elizabete e Janaína
110 Dornas, Laura Camey, representando a ASUSSAM e um representante do Conselho
111 Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Seminário "Formação em Psicologia no contexto da
112 pandemia do COVID-19: impactos da Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020": A
113 Conselheira Evely Najjar informou que o CFP enviou Ofício-Circular nº 84/2020/GTec/CG-
114 CFP sobre a realização do Seminário Nacional "Formação em Psicologia no contexto da
115 pandemia do COVID-19: impactos da Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020".
116 Solicitou que os CRP's realizassem Seminários Regionais com 3 segmentos diferentes, a
117 saber: coordenadoras(es) de curso, orientadoras(es) / supervisores e estudantes. O CFP
118 enviou questões disparadoras para cada reunião online. A partir do recebimento da
119 demanda, a Comissão de Orientação em Psicologia e Formação Profissional agendou as
120 reuniões com estes segmentos. No dia 20/06 aconteceu reunião da Comissão para fechar
121 detalhes relativos ao questionário, sendo proposta a inclusão de 3 questões fechadas no
122 início do formulário, para entender o perfil do público respondente. A Conselheira Evely
123 Najjar adotou o entendimento que a metodologia apresentada pelo CFP foi vertical,
124 tecnicista, trouxe o Seminário pronto e colocando os CRP's como meros executores do
125 processo. O prazo dado foi muito curto com o envio de respostas até 07/07. Corre-se o
126 risco do produto final acabar corroborando as decisões nacionais. Por fim, solicitou a
127 participação dos Conselheiros para ajudar no engajamento e resposta ao questionário pela
128 categoria. Eleições Municipais 2020: A Conselheira Evely Najjar destacou a necessidade
129 de discussão sobre as(os) colaboradoras(es) que irão concorrer a cargo eletivo nas
130 eleições municipais 2020. A sugestão da Diretoria é enviar um Ofício a ser providenciado
131 pela Assessoria Jurídica solicitando às(aos) Coordenadoras(es) de Comissões se
132 manifestarem sobre a candidatura a cargo eletivo em 2020 e solicitarem a
133 incompatibilização da função de Coordenador(a) ou Representante do CRP-MG. Ressaltou
134 que neste caso, há um conflito de interesse em estar exercendo atividades no CRP e
135 serem candidatas(os). O Conselheiro Luis Henrique indagou como o Conselheiro deve se
136 manifestar na eleição em situações de apoio. O Conselheiro Yghor Gomes informou que
137 vai sair uma orientação jurídica. A posição do CRP é neutra, enquanto Autarquia não se
138 envolve em eleição. Aquelas pessoas que se envolverem com eleições serão solicitadas o
139 afastamento de suas obrigações com o CRP-MG. Acrescentou que qualquer tipo de apoio
140 ou divulgação é uso da máquina. Concluiu que não haverá apoio formal a candidaturas. O
141 Conselheiro Rodrigo Padrini perguntou se as(os) Conselheiras(os) poderiam se manifestar
142 nas redes sociais. Conselheira Lourdes Machado elucidou que em sua própria rede social é
143 possível a manifestação. Não é permitida a associação enquanto CRP-MG. O Conselheiro
144 Luis Henrique reforçou a sua dúvida em relação ao apoio solicitado por grupos a
145 candidaturas no que se refere à questão moral e ética. Conselheiro Yghor Gomes explicou
146 que a questão ética está descrita no Código de Ética, conforme Art. 2 alínea b. Na questão
147 moral, a proposta do CRP-MG é de afastamento da(o) colaboradora(or) durante o período
148 eleitoral. O CRP não deve estar em pautas e eventos a convite de candidatas(os). O
149 Conselheiro Luis Henrique propôs apresentar o respaldo legal para a desincompatibilização
150 da(o) colaboradora(or). A Conselheira Lourdes Machado perguntou se quando participar de
151 uma atividade, que tenha presença de candidata(o) poderia se apresentar como Presidente
152 do CRP? Esta vinculação é institucional ou faz parte do currículo pessoal? O Conselheiro
153 Rodrigo Padrini avaliou que neste caso, deve se desvincular da instituição CRP, evitando
154 qualquer relação com a Autarquia. Se for candidata(o) deve se desincompatibilizar.
155 Entende que isso é um ponto que tem consenso do Plenário. A Conselheira Suellen Fraga
156 sugeriu levar as dúvidas para o setor Jurídico e trazer para uma próxima plenária. O
157 Conselheiro Yghor Gomes concordou com a proposta da Conselheira Suellen de coletar as
158 dúvidas e trazer o parecer do Jurídico na Reunião Plenária de Julho/2020. A Conselheira
159 Evely Najjar ressaltou que a proposta para votação é da elaboração e envio do Ofício às
160 colaboradoras(es) se manifestarem e desincompatibilizarem da função, caso sejam
161 candidatas(os). A Conselheira Suellen Fraga sugeriu divulgar em post a decisão do

162 Plenário. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 13 votos favoráveis o afastamento de
163 coordenador de Comissão e representantes do CRP-MG em Conselhos de Direitos pelo
164 prazo regimental para candidatura na eleição municipal. Solicitou apresentar o Parecer do
165 Jurídico com a resposta às demandas que aparecerem de cunho moral e ético em relação
166 a apoio a candidaturas. Indicação de Conselheira(o) Suplente para a função de efetiva(o)
167 na licença do Conselheiro Ted Nobre: Conselheira Lourdes Machado informou sobre a
168 necessidade de subir à efetividade Conselheira(o) suplente durante o período da licença do
169 Conselheiro Ted Nobre. Explicou que quando o Conselheiro Titular retornar do afastamento
170 o suplente volta à sua condição anterior. O Conselheiro Luis Henrique propôs a mesma
171 estratégia utilizada na vacância da Luciana, uma vez que a vaga é da Subsede Norte, que
172 suba o Conselheiro da Região e colocou o seu nome a disposição. A Conselheira Lourdes
173 Machado concordou com o nome do Conselheiro Luis Henrique para a condição de titular.
174 A Conselheira Paula Khoury perguntou se o Conselheiro Licenciado Ted Nobre for eleito,
175 poderia retornar a função de Conselheiro? A Conselheira Lourdes Machado informou que
176 consultou o Assessor Jurídico Luiz Henrique, e este informou não haver problema.
177 **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou a indicação do Conselheiro Luis Henrique por 12
178 votos favoráveis e 1 abstenção para a função de efetivo no período de licença do
179 Conselheiro Ted Nobre até 31/12/2020. Posicionamento sobre as CTs no SUAS e
180 problematização de documentos de posicionamento: Conselheira Cristiane Nogueira
181 apresentou o histórico de tentativa das Comunidades Terapêuticas/CTs de serem
182 reconhecidas como dispositivo no campo da saúde e na RAPS. Em maio/2020 saíram
183 normativas colocando as CTs como espaços de acolhimento no SUAS para pessoas em
184 situação de rua, usuários de álcool e outras drogas. No campo da Saúde Mental é
185 preocupante. A luta é por não reconhecer as CT's enquanto espaço de tratamento de
186 saúde, por serem instituições com alta violação de direitos, torturas, já descritos no
187 Relatório Nacional de Inspeção em Comunidades Terapêuticas publicado pelo CFP. A
188 Assistência Social vem fazendo práticas higienistas de levar as pessoas em situação de
189 rua para as Comunidades Terapêuticas. Nos lugares onde não tem abrigo, a CT não tem
190 as mesmas condições de trabalho. Ressaltou que a proposta das CTs é de captação de
191 recurso público independente da pasta a ser solicitada. Há uma cobrança de
192 posicionamento do CRP-MG a respeito. Enquanto coordenadora Comissão de Orientação
193 em Psicologia, Saúde Mental, Álcool e outras drogas, a sua posição é de marcar uma
194 posição com a orientação à categoria. O Conselheiro Anderson Matos informou que
195 participa de Reuniões da Frente Mineira sobre Drogas e Direitos Humanos e na última
196 reunião foi questionada a falta de Nota do CRP-MG e do CRESS-MG se manifestando a
197 respeito. A Conselheira Lourdes Machado informou que a CDH do CFP está fazendo uma
198 Nota sobre o tema. O CRP-MG pode compartilhar a Nota, que está bem escrita. Vê a
199 necessidade de posicionamento do Conselho por contar com psicóloga(o) no RAPS, na
200 Rede de Assistência Social e nas Comunidades Terapêuticas. Propôs fazer a nota
201 relatando o que a psicologia tem a ver com isso, e não somente fazer a crítica e a sua
202 produção pela Comissão de Orientação em Saúde Mental, Álcool e outras drogas e CDH. A
203 Conselheira Camila Bahia concordou com a Conselheira Lourdes Machado e ressaltou que
204 não basta fazer a discussão dentro da Saúde Mental porque extrapolou para outro campo,
205 ao se retirar o cuidado em Álcool e Drogas da Saúde Mental para a Assistência Social. O
206 Conselheiro Reinaldo Júnior destacou que não é necessário passar para o Plenário as
207 demandas, pode fazer parcerias para construção de Nota e levar para a Plenária, já com o
208 texto para aprovação. Informou que ocorreu uma Reunião Nacional das CDH e foi
209 deliberada pela organização de um Fórum Nacional em defesa da Democracia, onde será
210 possível expor os motivos do Governo Federal ser anti-democrático e fazer uma
211 resistência. O Fórum será construído a partir de um GT Nacional da CDH do qual faz parte.
212 A Conselheira Cristiane Nogueira questionou o esvaziamento da discussão e a falta de
213 participação de outras(os) Conselheira(os) na Comissão de Orientação em Psicologia,
214 Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. A Conselheira Paula Khoury entende que a
215 solicitação da Conselheira Cristiane Nogueira é chamar as(aos) demais Conselheiras(os) a

216 colaborarem na construção do posicionamento político a respeito do tema. A Conselheira
217 Cristiane Nogueira alegou que vem se sentindo sozinha na Comissão e acha complicada a
218 forma como o Fórum Mineiro de Saúde Mental lida com o CRP-MG, de maneira
219 desrespeitosa nas reuniões. A Conselheira Lourdes Machado informou que acompanhou a
220 produção da Nota do CRP-MG a respeito, que o Colaborador Filippe de Melo esboçou. A
221 partir do momento que ficou sabendo da Nota do CFP tratando do mesmo tema, avaliou
222 ser mais pertinente divulgar a Nota do Federal. A Conselheira Lourdes Machado e os
223 Conselheiros Anderson Matos, Fabrício Ribeiro se colocaram a disposição para participar
224 das reuniões e auxiliarem a Conselheira Cristiane Nogueira nas pautas da Comissão.
225 **Deliberação:** O XVI Plenário deliberou por aguardar a Nota do CFP sobre as Comunidades
226 Terapêuticas no SUAS. Mini curso do ENJUPSI: Conselheira Elza Lobosque solicitou
227 às(aos) Conselheiras(os) proporem mini-cursos pelas Comissões no ENJUPSI. Definição
228 das atividades do Assessor Parlamentar e de Relações Institucionais: Conselheiro Rodrigo
229 Padrini indagou se o acompanhamento de pautas legislativas não seria de
230 responsabilidade do Assessor Parlamentar e de Relações Antônio Coquito? Se não deveria
231 estar ligado em todas as PLs em nível estadual e municipal que envolvem a psicologia, nas
232 discussões das Comissões legislativas e trazer representantes de movimentos para as
233 reuniões de comissões temáticas do CRP-MG, por exemplo, na Comissão de Orientação
234 no Sistema Prisional e Socioeducativo, sente falta da participação de membro da Frente do
235 Encarceramento, da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Sugeriu pensar formas de ter
236 ciência do papel da função do Assessor. A partir disso, dar visibilidade ao que ele executa
237 e os resultados do trabalho desenvolvido pelo mesmo. O Conselheiro Luis Henrique propôs
238 estabelecer fluxos institucionais exatamente porque não sabe como acionar o Assessor. É
239 necessário levar para a Diretoria o pedido de participação do Antônio Coquito ou solicitar
240 diretamente ao Assessor? O Conselheiro Reinaldo Júnior ressaltou a necessidade de
241 deixar nítido o que é a função do Assessor e como acessá-lo. A articulação não é só
242 parlamentar, mas também de relações institucionais. Cabe a ele fazer a ponte com
243 instituições, órgãos e pessoas. Avaliou que não precisa ser construído um fluxo muito
244 burocrático. Entende ser necessário criar uma agenda com ele. Caso tenha um volume de
245 demandas grande, deveria retornar a conversa no Plenário. Por fim, sugeriu registrar as
246 atuações do Antônio Coquito para demonstrar a importância do cargo. A Conselheira
247 Lourdes Machado propôs duas ações: 1) elaboração de relatório das atividades pela
248 Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais para compor ao final da gestão o
249 Relatório de Gestão; 2) Acompanhamento pelo Assessor Antônio Coquito das leis
250 estaduais e federais ligadas à Psicologia. Fazer um clipping semanal com uma relação de
251 todas as PL tramitando. Como exemplo citou a PL da Reforma da Previdência do Estado. A
252 Conselheira Paula Khoury ponderou que como é uma função nova, não saberia demandar
253 o trabalho dele. Concordou com a proposta de Relatório das atividades para verificar se dá
254 para ele acompanhar outras demandas. A Conselheira Suellen Fraga ressaltou que o
255 Assessor Antônio Coquito vem tendo um trabalho relevante junto ao COP e na
256 Comunicação, com indicação de pautas semanais da Assessoria para divulgação no
257 boletim online. A Conselheira Evely Najjar completou dizendo que o Assessor acompanha
258 o trabalho de Frentes Parlamentares Mineira em diversas temáticas como: educação,
259 infância e adolescência, entre outras. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 12 votos
260 favoráveis e 1 abstenção solicitar ao Assessor Parlamentar e de Relações Institucionais
261 Antônio Coquito elaborar um clipping semanal de matérias e andamento das PLs Estaduais
262 e Federais ligadas à psicologia, a ser enviado à Comunicação (às 2as), para registro de informações
263 no psico online e aos Conselheiros e enviar o relatório mensal de atividades ao Plenário. Nada
264 mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Evely Najjar Capdeville, lavrei a
265 presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.
266 Belo Horizonte, 26 de junho de 2020.

